



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas - CREA-AM

DECISÃO DO PLENÁRIO

Reunião: ORDINÁRIA - Nº 7/2022 - Plenário - 25/07/2022 das 18:00 as 23:00

Decisão: 321/2022

Referência: 2646548/2022

Interessado: AEAA ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS E ARQUITETOS DO AMAZONAS

EMENTA: Indefere A ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS E ARQUITETOS DO AMAZONAS - AEAA solicita a REVISÃO DE SEU REGISTRO, COMO ENTIDADE DE CLASSE, neste Conselho Regional, para fins de Representatividade no Plenário do Crea/AM, com base na Lei Federal 5.194/66 em seus artigos 27, 34 e 62, e na Resolução do Confea nº 1.070/2015, em seus artigos 20, 21 e 22.

DECISÃO

O Plenário do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas - CREA-AM, no uso de suas atribuições legais, reunido em 25 de julho de 2022, analisando o relato e voto fundamentado do(a) conselheiro(a) Audinei Lima Leite, objeto de solicitação de providências Aeaa Associação Dos Engenheiros E Arquitetos Do Amazonas, Considerando a alínea "k" do art. 27 da Lei nº 5.194, de 1966, que atribui ao Confea a competência de fixar as condições para que as entidades de classe tenham direito à representação nos plenários dos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia - Creas; Considerando as alíneas "h", "j" e "p" do art. 34 da Lei nº 5.194, de 1966 que confere aos Creas a competência para examinar os requerimentos e processos de registro em geral que disciplina que as instituições de ensino e as entidades de classe agirão com os Creas nos assuntos previstos na lei em questão; e que confere aos Creas a atribuição para organizar e manter atualizado o registro das instituições de ensino e entidades de classe aptas a compor os plenários do Confea e dos Creas; Considerando a art. 62 da Lei no 5.194, de 1966, que dispõe sobre o registro de entidades de classe nos Creas; Considerando o Decreto Federal nº 9.094, de 17 de julho de 2017, que dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no país. Considerando a Resolução nº 1.070/2015 do Confea, que estabelece em seu artigo 20: "Art. 20. O Crea procederá anualmente à revisão do registro das entidades de classe de profissionais, com o objetivo de atualizar as informações constantes de seus registros." E o seu artigo 21, acrescenta: "Art. 21. Para revisão de seu registro, a entidade de classe de profissionais deverá encaminhar anualmente ao Crea requerimento instruído com original ou cópia autenticada ou atestada por funcionário do Crea dos seguintes documentos: I - alterações estatutárias ocorridas após o registro ou a última revisão de registro, se houver, registradas em cartório, contemplando os mesmos requisitos exigidos para o registro; II - ata de eleição da atual diretoria registrada em cartório, se houver alteração após o registro ou a última revisão de registro; III - comprovante de efetivo funcionamento como personalidade jurídica mediante a prática de atividades de acordo com os objetivos definidos em seu estatuto e relacionadas às profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea, sendo exigida a comprovação de no mínimo 3 (três) atividades do ano anterior, tais como aquelas exigidas para registro; IV - relação de associados comprovadamente efetivos, com registro ou visto na circunscrição do Regional, atualizada até 31 de dezembro do ano anterior, especificando nome, título profissional, número do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF e número de registro nacional no Sistema Confea/Crea de no mínimo trinta ou sessenta profissionais, conforme o caso, que estejam adimplentes com suas anuidades junto ao Crea; V- prova de regularidade na Fazenda Federal, na forma da lei; VI- Relação Anual de Informações Sociais - RAIS; VII- Informação à Previdência Social - GFIP; e VIII - prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, demonstrando o cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, quando possuir quadro de funcionários. VII- Informação à Previdência Social - GFIP; e VIII - prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, demonstrando o cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, quando possuir quadro de funcionários. considerando finalmente o parecer exarado pelo Conselheiro relator deste Plenário, **DECIDIU** por maioria, pelo INDEFERIMENTO do requerimento de REVISÃO DE REGISTRO da Entidade de Classe ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS E ARQUITETOS DO AMAZONAS - AEAA, nos termos constituídos, para fins de representatividade no Plenário do Crea/AM, considerando que não se encontra em conformidade com a Resolução do Confea nº. 1.070/2015 (art. 21, inciso IV), combinado com a Decisão Plenária Nº 0512/2020 do Confea, especificamente no que tange à comprovação do número de associados em seu quadro (listagem x fichas de registro de associados). Decisão proferida na 556ª Sessão Ordinária de Plenário do Crea-AM. Presidiu a reunião o senhor **Afonso Luiz Costa Lins Junior**. Votaram favoravelmente os senhores Conselheiros: Amarildo Almeida De Lima, Anderson De Medeiros (suplente), Audinei Lima Leite, Claudecir Malveira De Souza, Claudionildo Teles Batalha (suplente), Dinilson Bandeira Robert, Douglas Alberto Rocha De Castro, Eirie Gentil Vinhote, Gilmara Alencar Perêa, Jackson Pantoja Lima, Janeth Fernandes Da Silva, Jose Augusto Bezerra De Abreu, Luis Antonio De Araujo Pinto, Luiz Claudio Ribeiro Da Rocha, Marcelo De Almeida Conceição, Raimundo Humberto Cavalcante Lima, Samir Oliveira Salles, Silfran Rogerio Marialva Alves, Valcemir Freitas De Souza (suplente), Wagner Ornellas Da Silva Corrêa Lopes. Não houve voto contrário. Se abstiveram do voto os senhores Conselheiros: Gabriel Monte Paiva (suplente).



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas - CREA-AM

DECISÃO DO PLENÁRIO

Cientifique-se e cumpra-se.

Manaus, 25 de julho de 2022.

AFONSO LUIZ COSTA LINS JUNIOR
Presidente do Plenário